

Resumo do livro “Teoria Política: dos clássicos à contemporaneidade”, do autor Rubens Pinto Lyra (Organizador) ¹

Inácio Cardoso dos Santos Neto ²
Águida Cristina Santos Almeida ³

Introdução

O livro Teoria Política: dos clássicos à contemporaneidade é obra de mais de um autor, porém, organizado pelo professor emérito da UFPB, Rubens Pinto Lyra, o qual tem outros escritos sobre teoria política, Direito, Gestão Pública e Relações Internacionais. Sua obra é recente e toca em questões contemporâneas à exemplo da ascensão de Bolsonaro ao poder. A obra visa apresentar o pensamento e as ideias de 14 teóricos da política passando dos clássicos até os mais atuais. A divisão do livro se dá em 6 capítulos que configuram a primeira parte, discorrendo sobre os “clássicos” da teoria política incluindo Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau, Montesquieu e Tocqueville. A segunda parte se destina a teoria mais crítica de Marx e os marxistas abordando questões essenciais de Marx, Lenin e tratando melhor de outros autores marxistas, a saber, Kautsky e Rosa Luxemburgo de forma mais específica. A terceira parte do livro é dedicada aos autores contemporâneos como Norberto Bobbio, Michel Foucault, Jürgen Habermas e Boaventura de Sousa Santos.

Dado que, teorias de todas as ciências não surgem do nada, um passeio pela história das ideias sobre o Estado e a política se fazem extremamente necessárias para compreender como chegamos até aqui e a quais caminhos podemos chegar baseados em pensamentos teóricos sobre a política, devido a isso foi escolhido tal obra, como uma forma de se tentar enxergar quais caminhos políticos e econômicos foram propulsores para nossa época e quais ainda podem estar em nosso meio.

Parte 1 - Os Clássicos

Capítulo 1

¹Resumo escrito em janeiro de 2024, no âmbito das atividades do PET-Economia da UFCG.

²Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia) e do GAACE-Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica. E-mail: netosantosc9@gmail.com

³Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, tutora do PET-Economia, coordenadora do GAACE. No presente resumo atuou como revisora. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

No primeiro capítulo, o autor inicia por Maquiavel. Ele demonstra a influência renascentista que ainda vagava em ares da ética aristotélica que busca os equilíbrios para a busca da *Virtú* (Ideia de virtude que para Aristóteles compreendia a capacidade de se autoregular sem ter características extremistas e antagônicas no que diz respeito a ética). Segundo o autor, o pensamento de Maquiavel busca descrever o estadista virtuoso que consegue manter-se no poder. Ele é líder, tem espírito público, é capaz de levar sua nação ao progresso e para tal precisa lidar com a heterogeneidade dos componentes que a forma, lidando com a distribuição de maneira satisfatória a agradar a plebe e a classe mais alta.

Alguns destaques resumidos sobre Maquiavel seriam, a defesa da separação dos interesses e das ações do Estado, em relação ao individual. Somado a isso, o mesmo defendia que as ações do Estado, na figura do governante, deveriam se basear no progresso e no bem estar da sociedade e que para tal, o Estado não deveria ser julgado pelas ações, uma vez que o fim último da ação, o benefício social e a manutenção política do Estado, era o elemento de maior importância. Em outras palavras, um cidadão não poderia julgar ações do Estado com base em seu interesse particular tendo em vista que o Estado agiria para alcançar, dados objetivos independentes, os meios necessários. Além disso, ele rompe com o pensamento da explicação dos poderes por ordem divina ou natural. Para ele esse tipo de pensamento era oriundo do desejo de manutenção de interesses. Dessa forma, procurou separar de forma radical “a cidade de Deus” da “cidade dos homens”. Por esse motivo, o seu método de explicação da formação e manutenção do Estado são pautadas no método mais científico que pudera, no empirismo das relações históricas de poder, ou seja, ele verificou em sua época e em casos históricos das ações governamentais que deram certo ou errado.

Defendeu que o príncipe (ou governante) precisaria estar disponível ao povo, a ouvir suas questões, sendo isso melhor do que permitir que suas peijas sejam trazidas à tona de forma muito mais séria e violenta. Dessa forma, o uso de um poder mais autoritário que passasse por cima de leis e direitos deveria ser utilizado em último caso, somente em situações de grandes necessidades ameaçadoras à a continuidade da política ou do Estado.

Capítulo 2

O Segundo Pensador da lista do autor é o inglês Thomas Hobbes que juntamente com Rousseau e Locke formam a tríade dos contratualistas ou ainda, jusnaturalistas. Isso significa que na concepção desses autores, o Estado é expressão da forma como esses teóricos enxergam a essência da natureza humana. Essa última sendo inerente, imutável em toda e qualquer cultura.

O estado de natureza de Hobbes é um tempo pré-histórico, não civilizatório, onde os homens gozavam de plena liberdade, sendo seus próprios soberanos. No entanto, a natureza humana, para

Hobbes é marcada por um estado de guerra permanente onde os homens agem com desejo de possuir mais, orgulho e desejo de poder. Isso faz com que se crie um estado de barbárie, de insegurança e de guerra entre todos contra todos, resultando no célebre dito “o homem é o lobo do homem”, causando uma instabilidade que não permite a produção e o progresso. Dessa forma os homens se vêem na necessidade de refrear seus instintos naturais em prol do bem comum de todos. Isso ocorre por meio de um pacto social dirigido pela moral social onde os que se submeterão, abdicarão de certas liberdades e egoísmos para, na figura da lei e do Estado, algo que tenha o poder absoluto para restringir ou punir determinadas ações que quebram o pacto.

O absolutismo Hobbesiano deveria, sobretudo, garantir a proteção e se distingue do absolutismo religioso e natural vigente, uma vez que confere a origem do Estado absolutista a um consenso do reconhecimento da fraqueza humana e social em contradição ao poder absoluto que era colocado por uma deidade ou por uma dotação natural.

Para Hobbes, o poder absoluto não deveria ser contestado, pois o magistrado que o faz não o faz para si, mas conforme a lei social que o erigiu. Além disso, o Estado possui o arbítrio de julgar e punir, tendo, numa mão uma balança e noutra a espada, o que leva à conclusão de que Hobbes enxerga a necessidade de um poder único e não repartido.

Muito embora haja esse foco grande no Estado enquanto “segurança social” contra a violência e a barbárie, Hobbes acreditava que era preciso que o Estado assegurasse a todos, a possibilidade das satisfações de suas vidas, onde cada um pudesse realizar atividades livremente, desde que não trouxesse perigo ou dano à sociedade. Por fim, para a teoria de Hobbes, a propriedade privada não existe no estado de natureza, passando a existir após a formação social mediante o Estado.

Capítulo 3

O Terceiro capítulo é dedicado ao teórico inglês John Locke, considerado o “pai do liberalismo”. Isso porque, para Locke, o Estado, enquanto contrato social, visava a garantia de direitos de propriedade e direitos inalienáveis, direitos esses que todo humano, no estado de natureza, antes do contrato social, gozava abertamente. O estado de natureza de Locke tem o foco no trabalho sobre a natureza que realizam. Para Locke a produção de cada humano é de direito sua e não social, pois ela foi originada do trabalho específico de cada um. Esse inclusive é o argumento base para a defesa da propriedade privada em Locke. A produção de subsistência evoluiu para a produção capaz de gerar a formação de excedente, que por sua vez deu a origem às trocas e por conseguinte, aos mercados nascentes. Ele advoga que essa evolução foi benéfica, garantindo aos que participam do mercado melhor situação do que outros povos poderiam ter (colonizados, por exemplo).

A constituição do Estado em Locke ocorre pelo fato de que os homens outorgam parte de seus

direitos naturais pela possibilidade do Estado melhor preservá-los pela organização social e pela legislação. Dessa forma, o Estado é visto como um garantidor dos direitos que não podem ser alienados por ninguém, nem pelo próprio Estado, sendo esses direitos o da liberdade e da propriedade privada. O bom governo, nesse sentido, é o Estado mínimo que não intervém nas questões produtivas, de riqueza e de decisões, mas que vigia e apenas cuida para que os direitos inalienáveis sejam respeitados, o que leva a Locke criticar o absolutismo.

O governo que, por exemplo, usurpa parte da propriedade de algum indivíduo, sem lei expressa consentida pelo próprio povo (ideia que para Locke gera o legislativo, a decisão consentida de todos é a motivação da criação das leis na sociedade) poderia ser revogado de forma justa. Aqui se abre margem para a visão de Locke de que uma contrarrevolução ao governo só seria válida nesses casos, ou seja, onde o Estado é quem quebra os direitos que deveria proteger. No entanto, essa possibilidade de insurgência e revolução contra a defesa de seus direitos de liberdade e de propriedade são dadas apenas aos que estão dentro do pacto social nacional em questão, sobretudo a burguesia e a nobreza. Povos estrangeiros e escravos não obtinham o direito de assim se guardarem e resistirem ao poder do Estado, o que ajudava a legitimar o uso da liberdade do Estado para destituir povos colonizados de sua liberdade.

Capítulo 4

O quarto capítulo é dedicado ao último dos teóricos jusnaturalistas, o genebrino Jean J. Rousseau. No estado de natureza deste os humanos não são as bestas maldosas, como acreditava Hobbes, antes, mas, ao contrário, são dotados de potenciais faculdades benévolas, como as noções de justiça, de liberdade, razão e perfeição, não obstante, essas tais faculdades são desenvolvidas apenas quando se juntam para viver socialmente.

Na visão de Rousseau, a humanidade tinha a tendência de viver isoladamente, juntando-se em ocasiões específicas, como consequência da necessidade, quer de defesa de um mal natural, de caça ou quer que seja. Os ajuntamentos iniciais formaram as hordas, os ajuntamentos de hordas, o princípio de Estado civil.

Os humanos percebem então que juntos podem evoluir mais com a produção, entre outros sentidos. No entanto, com o progresso, com a técnica e com a divisão do trabalho, alguns mais especializados ou mais dotados para determinados fins acabam por adquirir mais bens, resultando na origem da desigualdade entre os homens. O Estado surge então como um pacto social que restringe a liberdade de uns em favor de outros. Esse contrato (ou pacto) social objetiva e cria a ordem social, jurídica e política da civilização, alienando de cada associado do contrato todos os direitos em favor da totalidade da comunidade. A ideia é tornar o “cada um” como “todos”, ou seja, o coletivo acima

da visão individual.

O contrato social, como vimos, advém da vontade dos cidadãos, mas como harmonizar vontades sociais diferentes? Para isso Rousseau utiliza o termo de vontade geral que significa a soma dos aspectos gerais que são do interesse dos cidadãos, após serem lançados fora questões das vontades de particulares. Diante disso, o autor chamava a atenção, desde aquela época, da possibilidade de criação de “sociedades parciais” dentro dessa vontade geral, que seriam organizações, facções, grupos, partidos ou corporações que possuiriam uma influência tão grande que poderiam cooptar a vontade geral para atender a vontades particulares.

Capítulo 5

O quinto teórico da parte um do livro é dedicado ao Barão francês Montesquieu. O mesmo possui uma escrita bem diferenciada para sua época, pois é sutil, irônica, sugestiva ao invés de conclusiva, às vezes, o que faz com que se tenha interpretações diferentes desse teórico.

Montesquieu tem sua relevância por ser conhecido pelo seu sistema de Estado “tripartido”, ou seja, a defesa de que o poder governamental deveria estar separado em três poderes. Isso, segundo o francês garantiria a felicidade e calma de não sofrer abusos dos poderes, uma vez que se um deles se conclamar para além dos seus limites, os outros dois poderiam refreá-lo.

O francês tem elementos mistos, dividido em parte, pelo desejo de uma restauração constitucional, após a revolução francesa, e em parte defende uma revolução constitucional. Montesquieu, lança críticas ao pensamento eurocentrista que circula na Europa como num todo que se instaura como arrogante e não enxerga para além de seus próprios princípios e cosmovisão. Dentro disso, critica a falsidade da religião europeia cristã, que era na verdade anticristã pela manutenção de abusos a diferentes povos conquistados e a manutenção da escravidão.

A visão crítica e para além das fronteiras europeias de Montesquieu enxerga uma política da história, onde, para ele, os estados e regimes governamentais partem dos princípios de cada tempo e de cada local no tempo, admitindo uma variação no humano e não uma natureza inalterada. Dessa forma, Montesquieu observa o regime e a paixão social a qual instaurou, por exemplo, no regime de república democrática (sendo que a paixão vigente é a ideia de igualdade). Desse modo, se o regime é de república aristocrática, a paixão vigente é a de distinção, se monarquia, sua paixão é a honra, se no despotismo a paixão é o medo, onde cada um teme o outro dentro da sociedade (de forma parecida com a de Hobbes). Montesquieu também chama atenção para o regime do comércio, onde observa que sua paixão central é o egoísmo e advoga que após a instauração de um regime de comércio, tudo pode ser tornado mercadoria, inclusive as próprias virtudes. Também defende que onde se implanta O regime de comércio, originalmente, tudo é riqueza e liberdade, mas ao fechar seu

ciclo para ir para outros mercados e locais, tudo é pobreza e privação.

Capítulo 6

O último capítulo da primeira parte, dos pensadores clássicos traz , em poucas páginas a perspectiva de Alexis de Tocqueville. Nesse pensador os temas de igualdade e liberdade estão entrelaçados, sendo praticamente um desejo de responder à questão de como se obter uma sociedade igualitária sem que lhe fira por muito a sua liberdade? Essas temáticas necessariamente levam ao assunto da democracia, ponto chave para o pensamento do francês. Ele procurou analisar o processo democrático que estava ocorrendo nos Estados Unidos da América por volta dos anos de 1830 e chegou a fazer estudos e análises de questões de costumes, pensamentos, condições que possibilitaram a formação da democracia norte-americana. Em suas conclusões, acreditava que o fenômeno democrático, processo no qual a sociedade migrava para um maior nível de igualdade, não ocorria apenas nos EUA, mas ocorreria em todo o globo, sendo um espírito tendencioso quase que divino, como se fosse a vontade de Deus que assim ocorresse em todos os cantos da Terra. Tocqueville, no entanto, admitia que esses processos não seriam todos da mesma forma. Além disso, a igualdade em Tocqueville não seria necessariamente a econômica, mas sim cultural e política, onde inclusive observou um problema que na escravidão que ocorria naquelas épocas geraria um problema de uma minoria cultural não ser ouvida.

O dilema de Tocqueville entre igualdade e liberdade tem como preocupação maior a liberdade, pois este entende que ela é mais frágil de ser atacada e perdida. Baseando-se nisso, promove que as lutas pela igualdade cresçam por força ativa política do povo que se manifesta e faz crescer a igualdade, recordando sempre de analisar princípios de liberdade que precisam ser respeitados e por tal motivo fez críticas aos socialismos nascentes, pois acreditava que tais pensamentos por tanto enfatizarem a igualdade, esqueciam-se de se primar pela liberdade. Também era crítico das revoluções, pois acreditava que eram necessárias apenas quando um povo não conseguia, por voz política, atingir maiores níveis de democracia. Não somente por isso, vivenciou frustrações fortes na revolução francesa onde teve os avós mortos e seus pais precisaram escapar e se esconder para não lhes ocorrer o mesmo e ainda por cima, tempos depois, experimentou a condução política de Napoleão Bonaparte.

Tocqueville acreditava que um problema que poderia ocorrer é que, no curso do processo capitalista de produção, as pessoas se individualizassem ao ponto de cuidarem apenas dos seus próprios negócios lucrativos e esquecessem das questões públicas, perdendo ou não ligando para a participação política, o que abriria oportunidades para o Estado crescer e tomar decisões por si só e que de tal forma se aumentasse para um nível de poder despótico e indesejado.

Parte 2 - Marx e os Marxismos

Capítulo 7

O primeiro capítulo da segunda parte do livro faz um apanhado geral das ideias marxistas e de sua difusão no globo, sobretudo na tentativa de implementação socialista mais famosa, a revolução Russa. O capítulo destaca as ideias principais de Marx e Engels, entre elas, a exploração da força de trabalho, a luta de classes como fenômeno histórico, a pauperização da classe trabalhadora, o acúmulo de riquezas por uma classe e a miséria. Além de constatarem essas séries de características inerentes ao sistema econômico vigente, o capitalismo, a perspectiva de tais autores era de que tal cenário só teria fim após uma derrubada violenta da burguesia. Além disso, a burguesia conta com o aparelho Estatal (poder político, normativo e operacional) para o fortalecimento de sua classe.

Essas e outras ideias são e outras ideias são retomadas pelos outros autores trabalhados durante a parte dois, mas, no capítulo inicial, além de chamar a atenção dos pais do marxismo, o autor destaca a figura de Lênin como uma figura que pretendeu colocar em prática as teses marxistas, sobretudo do Manifesto do Partido Comunista. Mas não só isso, o autor destaca a colaboração de Lênin, para as teorias marxistas, com a perspectiva de ser o Imperialismo um estágio superior e supremo do capitalismo, o qual atua de forma parasitária.

Capítulo 8

O segundo capítulo da segunda parte diz respeito a um autor que foi renegado por Lênin e, em sua época e até os dias de hoje precisa ser melhor entendido devido a má fama que dele se espalhou. Karl J. Kautsky, era considerado como o “papa” do Marxismo após o falecimento de Marx. Inclusive, chegou mesmo a auxiliar Engels após este acontecimento.

O título de pontífice do marxismo foi inicialmente reconhecido por Lênin, que tinha ampla consideração pelo autor tcheco-austríaco. No entanto, Kautsky, em suas obras, dirigiu comentários e resoluções sobre a revolução Russa, dirigida por Lênin. Tais comentários afirmavam que as condições do capitalismo e da classe operária, na Rússia daquela época, eram ainda incipientes, tanto de perspectiva econômica como social, de forma que a instalação de um regime socialista naqueles termos não era recomendada.

Após isso, Lênin renega Kautsky e o acusou de traição a ponto de “orientar”, na segunda Internacional Comunista, que partidos que quisessem aderir àquela organização precisavam deixar de considerar “teóricos reformistas” como Turati, Kautsky, Hilferding e Longuet, como membros da Terceira Internacional. A partir de então, Kautsky e suas ideias ganham má fama entre os socialistas e marxistas. Não somente por isso, as críticas de Lênin também faziam jus a que Kautsky seria um

revisor de Marx equivocado. No entanto, entre seus escritos, Kautsky afirma que as ideias marxistas não vieram como um dogma mas como uma análise empírica dos fatos e que Marx e Engels não puderam versar sobre tudo, cabendo essa tarefa agora aos seus sucessores.

Em suas revisões sobre as ideias Marxistas, Kautsky critica a teoria do colapso, que seria a perspectiva de que haveria uma iminência da quebra do sistema capitalista - pensamento esse muito vivo entre os bolcheviques. Ele alegava que o capitalismo regulado poderia controlar e contornar a crise e também promover relativa estabilidade e crescimento. Além do mais, Kautsky observara que de fato o capitalismo havia permitido certa emancipação da classe trabalhadora que poderia posteriormente lutar, no entanto, por meio de reformas pacíficas e não violentas que poderiam trazer o socialismo.

Somados a isso, o tcheco considerava que a ideia da extinção do Estado no estado Comunista seria impossível - outra ideia muito apoiada pelos bolcheviques. Kautsky afirma que dada regulação do Estado ainda seria necessária, sobretudo para questões burocráticas, no entanto, essa regulação deveria ser regida numa democracia sem classes.

Outra questão que se esbarrava na forma como se dirigia a Revolução Russa era a perspectiva que Kautsky tinha da necessidade - que Marx já apontava - da classe proletária estar maturada na militância (num sentido educacional) e desenvolvida para que a tomada do poder fosse realizada de forma democrática. Isso chocava de encontro com o partido leninista pois este tomava a frente da revolução sem gestar, totalmente, essa classe trabalhadora desenvolvida. Para Kautsky, não haveria socialismo sem democracia e nem democracia sem socialismo. Devido ao regime soviético se sustentar na supressão, tornava-se ele mesmo mais negativo do que o capitalismo, com características semelhantes, nesse ponto específico, ao fascismo.

Devido a tais pensamentos que dirigiam críticas ao bolchevismo e ao partido revolucionário de Lênin, Kautsky foi tratado por muitos como um adepto do “socialismo democrático” que crescia, sobretudo, na Alemanha.

Com tudo isso, havia uma preocupação de Kautsky que a tarefa do socialismo era de zelar para que “a catástrofe moral do comunismo não se torne a catástrofe do socialismo” e que isso estivesse na mente das massas. O autor do livro chama a atenção que realmente a preocupação kautskyana com a “fama” de como se dirigia o movimento soviético atingiria o entendimento das pessoas para com o marxismo e o socialismo como um todo. Devido a isso, acadêmicos sentiram a necessidade de realizar uma divisão entre marxismo, comunismo e marxismo-leninista.

Capítulo 9

Neste capítulo o autor traz algumas colaborações e dificuldades que o pensamento marxista

enfrenta para com as mudanças da contemporaneidade e traz a perspectiva de alguns autores. Ele inicia falando da nova modalidade do capitalismo, o capitalismo flexível, onde, devido à globalização, ao avanço da ciência, das integrações de mercado e do avanço da comunicação, formação de oligopólios, o capitalismo se encontra numa época onde precisa se adequar a novas demandas globais e a um grau maior de exigências e preferências permeadas por todo o globo. Dessa forma, se a demanda global muda, a forma da produção também muda e precisa se adaptar, de forma que também muda a forma da exploração, sendo agora um regime de acumulação flexível.

O contexto de tudo isso se instaura no avanço tecnológico e produtivo do século passado, juntamente com as crises nos países socialistas e nos de Estado de bem estar social. Muitos países que adotaram perspectivas de uma “terceira via” viam-se agora sob endividamentos e alta inflação. Países da América Latina e da África abandonam perspectivas de uma atuação mais presente do Estado, para aderirem as cartilhas liberalizantes de órgãos multinacionais como o FMI e o Banco Mundial. Somado a isso, o poder americano toma uma hegemonia surpreendente, sobretudo com os acordos internacionais como a OTAN. A perspectiva neoliberal parece ganhar uma voz não vista antes e os EUA é o seu profeta, propaganda das boas ideias e dos valores ocidentais.

Chesnais (1996) aponta que a crescente financeirização oriunda de todo esse cenário acaba por travar o desenvolvimento e defende a necessidade do controle e da regulamentação desses setores. Ele também desacredita que os países do G7 e as corporações estejam interessadas nas pautas trabalhistas, como a redução das horas de trabalho. Devido a isso, as lutas por tais melhorias deveriam vir de cima para baixo como por exemplo, sindicatos, as formações de pequenos camponeses, os países periféricos, etc.

Com o avanço das tecnologias e das técnicas de trabalho se vê também novas formas de exploração. A exemplo disso o autor destaca o toyotismo, que supera o fordismo, uma vez que, nessa nova forma de organização do trabalho, toma-se do trabalhador suas capacidades cognitivas além de seu trabalho físico. “Toma-se a alma e o corpo”. Nesse quesito, Rifkin (1995) demonstra que nesses termos, essa modalidade nova de produção tende a criar dois grupos de trabalhadores. Um sendo qualificado e com um ramo de trabalho tecnológico ou com maior nível técnico e, por outro lado, o grupo de trabalhadores não qualificados, que se laboram em trabalho precarizado e com menor nível técnico. Devido a isso a “sociedade do trabalho” teria uma dificuldade maior de ser reformada, a coalizão da massa trabalhista agora está também dividida.

Após isso, o autor do livro incorre em comentar sobre como o Brasil se insere dentro disso. Um país com um industrialismo retardatário e um sindicalismo ainda nascente com a formação da CUT e da CGT. Mesmo após a luta por direitos na constituição de 1988, as reformas constitucionais posteriores nos governos Collor, Itamar e FHC acabaram por levar a pauperização da classe

trabalhadora brasileira, por flexibilizar leis trabalhistas. Após isso, o Partido dos Trabalhadores, que se propõe a melhor atender a classe operária, assume o comando governamental brasileiro num contexto de amplas críticas ao socialismo e à social-democracia, num enfraquecimento da classe trabalhista em nível mundial e crises econômicas.

No entanto, o mesmo partido trabalhista se vê na necessidade de realizar coalizões com a direita e a centro-direita do formato governamental brasileiro, para que dessa forma conseguisse assegurar os interesses do mercado. Vê-se então que a hegemonia capitalista não dormia, mesmo com as lutas para o subir do povo a um governo, que tentava minimamente entregar melhores condições ao povo. Por isso, o autor encerra o capítulo apontando para as dificuldades da “contra-hegemonia” do capital que agora precisa estar atenta com uma variada forma de articular seus interesses e para tal, encerra comentando usando Gramsci, que nos anos 1930 falava do americanismo como uma forma de imposição e de formação ideológica favorecedora da sociedade racionalizada e voltada para a superprodução e para a valorização do capital, assumindo um processo de alienação em novos patamares.

Capítulo 10

O último capítulo da parte 2 do livro é dedicado a uma pensadora do marxismo que, segundo o autor, é por vezes esquecida na academia, mas que seus escritos têm ampla relevância para o socialismo, sobretudo de uma perspectiva mais democrática, que a Rosa Luxemburgo. Igualmente a Kautsky e outros mais, a autora polaca possuía perspectivas sobre como deveria ser conduzida a revolução socialista de uma forma diferente da de Lênin e de como estava sendo empreendida. Diferentemente do que ocorrera a Kautsky, Lênin mantinha respeito por Rosa e ela por ele.

Rosa Luxemburgo acreditava que a participação na vida pública era uma chave para a democracia. As classes operárias poderiam e deveriam aprender com a experiência delas mesmas na vida pública. Elas deveriam, juntamente, construir um senso crítico, obter amadurecimento mútuo, etc. Essa construção de aprendizados da classe operária deveria se estender para todos os tipos de classes operárias e seria isso que tornaria o socialismo possível de ser instaurado. Esse socialismo “vindo de baixo” poderia criar o real socialismo, que não seria uma caricatura, mas verdadeiramente democrático uma vez que seria gestado pela própria parte oprimida.

Essa perspectiva acabava por se chocar com a prática e pensamento leninista que via no partido socialista e nos intelectuais os “regentes” da revolução. A perspectiva democrática em Rosa tem suma importância, pois a revolução e a direção do socialismo deveriam estar umbilicalmente ligadas. Não haveria Socialismo sem democracia e não haveria democracia sem socialismo. Por isso,

defendeu que era necessária uma ampla plataforma democrática que possibilitasse a ação das massas, isso está extremamente ligado com a perspectiva das massas estarem constantemente empenhadas na vida pública, o que caracterizaria a luta diária (luta por condições mínimas, greves, etc) que dá o sentido da coletividade proletária. Tal exercício da democracia proletária e de sua vida pública ativa se daria, por exemplo, em garantias da liberdade ilimitada de imprensa, liberdade para reunir-se e associar-se, etc. Para além de focar apenas no presente, a teórica advogava que a perspectiva do propósito final, a instauração do Socialismo, deveria estar sempre na mente das massas, apenas dessa forma poder-se-ia chegar a revolução que instauraria o novo modo social de produção. Rosa também sustentava que a dada revolução precisaria ocorrer dessa maneira mais democrática sem um banho de sangue mas com “uma profunda transformação interna nas relações de classe”. (LUXEMBURGO, 1979, p.46).

Devido a tudo isso, Rosa reconhecia todas as formas de organização democrática socialista como válidas e plurais (partidos, greves, sindicatos, conselhos trabalhistas) no entanto, dá maior destaque aos conselhos operários, por acreditar que esse espaço da esfera pública não era excludente e lá ocorreria o processo de “fortificação” da massa proletária por meio das experiências, ajudando no conteúdo da luta de classes do proletariado. É lá que ocorre a autoeducação das massas, de lá elas saem encorajadas, mais nítidas de sua força, revigoradas e renovadas para a batalha, de forma que os conselhos operários ganham um espaço importante para a luta.

Por fim, devido a sua ênfase forte na força das massas proletárias, Rosa vê que o protagonismo é da classe trabalhadora, mas não deve ser pensado que isso deveria ocorrer de forma desorganizada. O partido trabalhista teria, para ela, a função de organizar, esclarecer, direcionar a classe operária, mas não deveria agir no lugar dela, apenas orientar. As operações do partido e seus projetos deveriam inclusive ser aprovados pela classe operária para serem vigorados. Ponto que se diferenciava da forma e do pensamento de Lênin.

Parte 3 - Teóricos da Contemporaneidade

Capítulo 11

O capítulo que introduz os teóricos políticos da contemporaneidade é reservado ao Italiano Norberto Bobbio onde, sua análise da *práxis* das instituições políticas de sua época, construíram um auxílio fundamental para as teorias políticas. Em Bobbio, a ideia de democracia liberal representativa é sinônimo de democracia como um todo. O teórico italiano reconhece nas conquistas liberais o alicerce do Estado democrático de Direito, mas ressalta que o mesmo possui limitações e possibilidade de superação. Defendendo tais ideias em *O futuro da democracia*. Entre as limitações

da democracia, Bobbio observa que o cidadão não consegue obter soberania nas grandes decisões do desenvolvimento econômico. Além disso, também crê que o sistema capitalista posto possui uma difícilíssima superação, cabendo no entanto ser moderado.

A perspectiva de “regras do jogo” é fundamental para esse autor italiano, uma vez que

Contra a objeção de que a definição de democracia processual, que se relaciona com a estrutura jurídica do Estado democrático, é indiferente a valores, é necessário insistir que o fim principal dessas regras é tornar possível a solução dos conflitos sociais mediante um contrato entre as partes e quando o contrato não tem êxito, por meio do voto de minoria, excluindo o recurso à violência. Em poucas palavras, a democracia pode ser definida como um sistema de regras que permitem a instauração e o desenvolvimento de uma convivência pacífica [...] (BOBBIO, 1997, p. 156).

Com base nisso, é possível observar um caráter mais “processual” no pensamento do italiano quando a temática é democracia. Porém, não deve se confundir processual com uma perspectiva inerte e passiva por parte da sociedade pois Bobbio acredita que a democracia deve ser sustentada em 3 pilares sendo eles: a participação ativa da cidadania da gestão do Estado; o federalismo, como forma de descentralização da política e; o último pilar seria mais um estágio ideário para ser tomado como base, que seria a descentralização máxima das instituições representativas como num todo.

A este último pilar, convencionou-se chamar de Democracia Direta. Ou seja, a Democracia Direta é uma forma participativa da população assumindo órgãos do tipo hierárquico e burocratizado. Mais a frente, em suas ideias, Bobbio reconhece a dificuldade dessa perspectiva se instaurar e reconhece nos plebiscitos, uma forma de democracia direta. Essas perspectivas da participação direta da população na ação pública, no Brasil, ganham forma no Orçamento Participativo, Consultas populares e de forma mais indireta, por meio dos conselhos de políticas públicas e ouvidorias.

Capítulo 12

Compondo os teóricos contemporâneos, Michel Foucault se enquadra como uma personalidade diversificada e diferente dos outros autores aqui apresentados. Não à toa é escolhido para que suas ideias estejam apresentadas neste livro. As suas obras que criticam vários fundamentos dos séculos das luzes e da modernidade, como por exemplo, a razão, a verdade, o sujeito, identidade, poder entre outros temas, apresentam temas diversificados como loucura, medicina, psicanálise, o poder, sistema penitenciário, sexualidade, etc, geralmente por meio de uma abordagem histórica do desenvolvimento de cada tema.

A abordagem foucaultiana, segundo o autor do livro, tem algumas linhas gerais que se resumem do seguinte modo: 1) Toda época possui seus métodos particulares de reconhecer a verdade; 2) As

relações de conhecimento e saber possuem relações com alguma forma de saber; 3) Desconsidera qualquer ideia de algum tipo de “missão salvadora” implícita nas filosofias humanistas e que recorrem à totalidade.

Devido a esse conjunto de pensamentos, claramente a postura de Foucault é anti-metafísica (Semelhança com Nietzsche de quem herdou algumas questões), dando-se o trabalho agora de entender as interpretações que temos feito no transcurso da história e não possui respostas fechadas para questões universalizantes. Foucault também se coloca na crítica aos relatos “totalizantes” que ligam e conectam questões representadas.

Segundo o autor do livro, Foucault teve uma mudança radical em suas pesquisas e forma de pensar após os movimentos de Maio de 1968. Ele percebeu que o poder não é apenas pertencente ao Estado mas que, o poder se expressa de outras maneiras, diferente do que se tinha em muito do pensamento moderno, o poder não é uma posse mas sim um exercício constante. Nesse sentido, a tese marxista enxerga certo poder nas classes, mas um nível maior do Poder detido no Estado, o que levaria à conclusão de que a tomada do Estado levaria a uma modificação social, sendo esse uma parte do pensamento vigente. Mas para Foucault, o poder é manifesto de diversas formas, em muitos lugares e, por isso não tem um elemento essencial, ele é heterogêneo não sendo posse do Estado, de forma que ele é reconhecido “atomicamente” na sociedade, título que sua obra “microfísica do poder” já anuncia, e que o exercício do poder nem sempre é violento ou maléfico e contratual, mas também pode ser bem utilizado.

Além disso, Foucault acreditava que todas as instituições sobre o saber, a verdade e a ciência detinham algum nível de poder, dominação e sujeição. A verdade seria uma manifestação da “vontade de poder” formando sistemas de razão e sistemas de persuasão para exercer essa vontade. Foucault observa que, na ciência, tinha a tendência de hierarquizar discursos e impor a maneira própria de saber como superior na forma de dominação entre o falso e o verdadeiro e dessa forma, normatiza as condições de produção e reprodução da mesma, normatizando também a sociedade. Ele também critica a pretensa neutralidade da ciência e do progresso.

O teórico francês explicita que a verdade, no entanto, é uma em cada tempo histórico, não sendo absoluta, fazendo-se assim necessário, realizar uma “arqueogenealogia” da história da verdade. Traz essa perspectiva em sua obra *Genealogia e poder* onde também esclareceu as finalidades desse método que seriam 1) eliminar a tirania dos discursos globalizantes 2) ativar os saberes locais, considerados ilegítimos; 3) empreender uma análise histórica das condições políticas de possibilidade dos discursos e; 4) analisar os efeitos do poder. Estes quatro objetivos de pesquisa resumem aquilo que Foucault denominou de projeto genealógico, ou seja, as precauções metodológicas adotadas em obras como *"Vigiar e Punir"* e *"História da Sexualidade"*(LYRA, 2022,

p.348-349).

Foucault também observa que o sujeito moderno é objetificado e se transforma sujeito devido a uma criação de dispositivos disciplinares do presente no qual o constitui como sujeito de desejo e de prazer sexual. Essa objetificação do sujeito ocorre essencialmente por três meios, sendo o primeiro a de práticas divisórias identificadas na história, como o isolamento de leprosos em épocas antigas, confinamento de pobres e vagabundos, a ascensão da psiquiatria moderna em vários âmbitos como prisões, clínicas, hospitais, a formação da estigmatização sexual, etc. Na modernidade o sujeito é objetificado pela divisão de si ou dos outros. A outra forma da objetificação que corrobora com essa primeira seria a da classificação científica (ideia defendida na obra *As palavras e as coisas*). A terceira forma de objetificação (identificada numa fase posterior ao pensamento de Foucault), o sujeito é identificado na sua auto-formação que lhe ocorre na fisiologia, na alma, nos pensamentos e conduta.

Capítulo 13

Jürgen Habermas ocupa o espaço do décimo terceiro capítulo do livro com sua contribuição à perspectiva democrática e de “dar voz” e participação à população. O escritor alemão, que recebera influência da Escola de Frankfurt analisa que a redução da democracia ao voto é pequena e que os formatos da democracia liberal e republicana possuem debilidades, sendo a primeira o fato de reduzir a democracia ao voto como escolha das regras do jogo, que tem por base uma visão das escolhas das regras do jogo do mercado que encontram uma farsa num suposto ponto de equilíbrio ótimo. Já a segunda perspectiva, a democracia republicana, possui um idealismo excessivo, pois é orientada e dependente das virtudes dos líderes e cidadãos, orientados para o bem comum.

Como resposta a essas democracias deficitárias, Habermas propõe a ideia de Políticas deliberativas que se baseiam no pluralismo e na igualdade, onde visa o engajamento e a participação de uma ampla diversidade de segmentos e de seus interesses e também que esses mesmos tenham voz para expressar suas diferenças, resultando assim num avanço nos processos de comunicação. Essas políticas deliberativas encontram seu teor na possibilidade de uma abertura para o debate público que deveria ocorrer dentro da esfera pública para que, dessa forma, o governo transformasse em políticas públicas aquelas ideias que obtivessem a força do melhor argumento. Ou seja, o conhecimento técnico seria o primado para as decisões, ao mesmo tempo que possibilita a emancipação da sociedade civil para um espaço que por vezes não possui. No entanto, essa possibilidade repousa numa perspectiva que liga emancipação e razão, coisa que coloca Habermas em certo grau de oposição aos primeiros teóricos da escola frankfurtiana como Adorno e Horkheimer

que teceram duras críticas ao pensamento moderno e iluminista que supervalorizam a razão.

A razão para Habermas é concebida de duas maneiras, entende a racionalidade instrumental como aquela que é permeada pela visão mercadológica e do poder, que é predominante nas relações sociais; mas, também reconhece a racionalidade comunicativa, que expressa a solidariedade e forma associações inovativas, a exemplo de ONGs, conselhos e associações entre pessoas com fins colaborativos e não competitivos. Nessa última racionalidade, o teórico alemão vê a possibilidade de seu uso para atender demandas necessárias que anteriormente não eram tratadas, como por exemplo: a etnicidade, a ecologia, questões de gênero, direitos humanos, entre outros.

Capítulo 14

O último autor tratado no livro é um dos poucos retratados na obra que ainda está vivo, que é Boaventura de Sousa Santos, que foi professor catedrático e realizou diversas viagens ao transcurso de sua vida, o que talvez tenha ajudado a formalizar sua perspectiva teórica extremamente inclusiva.

O ex professor português tem um caráter diferenciado em sua abordagem por ver a necessidade de ligar a epistemologia e a política de forma inseparável. Defendendo que a necessidade de mudar o mundo e de reinterpretá-lo é coletiva. Isso porque, para esse teórico, a forma de emancipação humana se dá na possibilidade de “ouvir” sua epistemologia e realidade. Dessa forma, defende que a devida emancipação ocorre quando vem junta de uma mudança cognitiva global. Isso significa que é necessário atender as exigências e considerar as experiências, culturas e saberes plurais que foram destituídos e negados até agora.

Uma vez que a batalha do século XXI é travada em torno do conhecimento, faz se necessário incluir todas as perspectivas, no entanto, ele concluiu que a centralidade do pensamento europeu tendeu a excluir realidades e perspectivas de diversos segmentos sociais e culturais ao redor do globo. Devido a isso, realizou trabalhos e pesquisas que chamou de “epistemologias do sul” onde analisou categorias sociopolíticas de países e povos que sofrem processos de exclusão.

O “sul” de Boaventura, diz respeito não a uma questão geográfica mas sim a uma metáfora do sofrimento produzido nas hibridações do capitalismo, da colonialidade do poder e do patriarcado (SANTOS, 2006). Assim, sua perspectiva se assenta em três pontos: 1) Aprender que existe o Sul. 2) Aprender a ir para o Sul. 3) Aprender a partir do Sul e com o Sul.(SANTOS, 2006, p.15). Pelo segundo ponto, é possível observar que seu método era bastante pragmático, obedecendo ao lema que defendia de “pensando se fazendo” com base nas demandas das experiências sociais em sua diversidade.

O método de Boaventura não é fechado ou pretende chegar a uma verdade única, mas se propõe a entender as diferentes formas de dominação, opressão e discriminação dos mais variados segmentos

sociais. Ele argumenta que a discriminação, entre as formas de dominação, realiza o ocultamento, deixando o outro inexistente, mesmo porque esses segmentos “invisíveis”, suas necessidades e opressões sofridas, bem como sua realidade e visões de mundo são supérfluas ao grande capital, fazendo-se necessário reintegrar tanto as perspectivas de mundo desses como atender suas necessidades.

Conclusão

As teorias políticas apresentam uma variabilidade muito grande no transcurso do tempo. Os clássicos tinham a tendência de reconhecer formas universais ou do ser humano, ou do Estado ou das relações sociais como um todo. Suas perspectivas, bem propícias do seu tempo, tendiam a realizar abstrações e esqueciam de observar a gama de variações que cada tema poderia apresentar no transcurso do tempo e dos locais. Com um avanço nas perspectivas, sobretudo, ao observar a dimensão temporal marxista, foi possível observar questões de injustiça, de dominação, que possibilitaram críticas à forma do pensar sobre a política bem como a forma de se fazer.

No entanto, já dentro desse pensamento, criava-se a necessidade de repensar a forma mais adequada de democratizar a forma da participação dos explorados. Com o avanço do tempo e do pensamento, a perspectiva sobre as questões do poder, do humano e da democracia tornam-se ainda mais complexas, por reconhecer que as mesmas não são tão simples. Inova-se ao colocar a dimensão das localidades, de pensar a democracia para além das questões materiais e a necessidade de fazer o povo ouvinte como uma possibilidade do seu exercício de poder.

O que se conclui é que as questões humanas não são uma tarefa simples e de resposta única. A variabilidade e as dificuldades que a humanidade possui, criou e está refém são inúmeras, é preciso ao menos ter-se a humildade de admitir que a questão é multifacetada. Sendo assim, respostas e propostas rápidas e fáceis podem esconder arrogância diante e trazer prejuízos. Por outro lado, nada fazer também denotaria uma covardia diante da necessidade. Então, ouvir a diferença parece ter sido um caminho mais efetivo para a possibilidade de um novo mundo.

Referência do livro:

LYRA, Rubens Pinto (org.). **Teoria Política: Dos clássicos à contemporaneidade**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2022. 405 p. ISBN 9786556212302.